

Ao
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
Pregão Eletrônico Nº 045/2020

PROPOSTA COMERCIAL

A **MINUTA COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, com sede e foro na Av. Comendador Franco, 5335 – Uberaba – Curitiba/PR, com inscrição no CNPJ 10.762.976/0001-55, representado pelo Sr. Marcos Aurélio Basso, portador do RG 8.385.752-8 SSP/PR e do CPF 027.919.289-44, vem apresentar proposta comercial para o objeto abaixo:

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2020, mediante alocação e gestão de postos de trabalho, abrangendo os postos de Supervisor e Auxiliar Administrativo e Operacional, com atuação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA.

Serviços terceirizados de apoio administrativo e operacional à realização das Eleições 2020						
Primeiro Turno – De 28/09/2020 a 18/11/2020						
#	especificação	valor mensal unitário	quantidade prevista	valor diário unitário	quantidade de dias úteis	valor total
A	Supervisor	3.150,37	24	121,17	43	125.047,44
B	Auxiliar Administrativo e Operacional	2.490,35	1245	95,78	43	5.127.582,30
C ¹	Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT	2.490,59	7	95,79	8	5.364,24
D	Serviço extraordinário					754.397,98
2	Total - Primeiro Turno					6.012.391,96

¹AAOP-SAT de 10/11/2020 a 18/11/2020

Segundo Turno - De 19/11/2020 a 02/12/2020						
#	especificação	valor mensal unitário	quantidade prevista	valor diário unitário	quantidade de dias úteis	valor total
E	Supervisor	3.150,37	3	121,17	12	4.362,12
F	Auxiliar Administrativo e Operacional	2.490,35	151	95,78	12	173.553,36
G	Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT	2.490,59	1	95,79	12	1.149,48
H	Serviço extraordinário					56.956,77
3	Total - Segundo Turno					236.021,73

TOTAIS		
item	especificação	valor total
1	Primeiro Turno	6.012.391,96
2	Segundo Turno	236.021,73
3	Nivelamento técnico	70.828,70
4	Fardamento, crachá, ferramentas e equipamentos	111.128,32
Total estimado para a contratação		6.430.370,71

Valor Global: R\$ 6.430.370,71 (Seis milhões, quatrocentos e trinta mil, trezentos e setenta reais e setenta e um centavos)

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública.

Vigência: até 19/12/2020.

Declaramos, sob as penas da Lei, que:

- ✓ Os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
- ✓ Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida no Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra.
- ✓ Tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

MINUTA COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - EIRELI

CNPJ: 10.762.976/0001-55

Endereço: Av. Comendador Franco 5335, - Sobreloja, Uberaba

CEP: 81560-000 - Curitiba – PR

Representante Legal: Marcos Aurélio Basso

RG nº 8.385.752-8 SSP/PR / CPF nº 027.919.289-44

e-mail: licitacaominuta@tagmail.com.br

Banco Caixa Econômica-104 AG: 3387 CC: 444-6

Curitiba, 25 de agosto de 2020.



Marcos Aurélio Basso
Representante/Proprietário

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	25/08/2020
B	Município	Salvador/BA
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	BA000029/2020
D	Nº de meses de execução contratual	Até 19/12/2020

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Supervisor	posto de serviço	1 empregado por posto

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado de Serviços
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4101-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.399,27
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SEAC/BA x SINDILIMP
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2019

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.399,27
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
	Total	1.399,27

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	116,55
B	Férias e Adicional de Férias	155,45
	Total	272,00

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	334,25
B	Salário Educação	2,50%	41,78
C	SAT	1,00%	16,71
D	SESC ou SESI	1,50%	25,06
E	SENAI - SENAC	1,00%	16,71

F	SEBRAE	0,60%	10,02
G	INCRA	0,20%	3,34
H	FGTS	8,00%	133,70
Total		34,80%	581,57

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	134,44
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	230,56
C	Assistência Médica - de acordo com a CCT somente após 90 dias, como o contrato será menor não cotado.	
D	Assistência Odontológica de acordo com a CCT somente após 90 dias, como o contrato será menor não	
E	Seguro de Vida	3,26
Total		368,26

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	272,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	581,57
2.3	Benefícios Mensais e Diários	368,26
Total		1.221,83

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	34,80%	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
Total			-

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	14,41
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			14,41

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	14,41
4.2	Substituto na Intrajornada	-
Total		14,41

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	125,71
B	Lucro	5,00%	138,06
C	Tributos	7,97%	251,08
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,53%	16,70
	C.1.B. COFINS	2,44%	76,87
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	157,52
Total		19,54%	514,86

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.399,27
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.221,83
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	14,41
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-
Subtotal (A + B +C+ D + E)		2.635,51
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	514,86
Valor Total por Empregado		3.150,37

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Discriminação dos Serviços**

A	Data de apresentação da proposta	25/08/2020
B	Município	Salvador/BA
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	BA000029/2020
D	Nº de meses de execução contratual	Até 19/12/2020

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Auxiliar Administrativo e Operacional	posto de serviço	1 empregado por posto

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar Administrativo e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4110-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.040,82
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SEAC/BA x SINDILIMP
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2019

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.045,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
	Total	1.045,00

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	87,04
B	Férias e Adicional de Férias	116,09
	Total	203,13

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	249,62
B	Salário Educação	2,50%	31,20
C	SAT	1,00%	12,48
D	SESC ou Sesi	1,50%	18,72
E	SENAI - SENAC	1,00%	12,48

F	SEBRAE	0,60%	7,48
G	INCRA	0,20%	2,49
H	FGTS	8,00%	99,85
Total		34,80%	434,32

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	155,70
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	230,56
C	Assistência Médica - de acordo com a CCT somente após 90 dias, como o contrato será menor não cotado.	
D	Assistência Odontológica de acordo com a CCT somente após 90 dias, como o contrato será menor não	
E	Seguro de Vida	3,26
Total		389,52

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	203,13
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	434,32
2.3	Benefícios Mensais e Diários	389,52
Total		1.026,97

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	34,80%	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
Total			-

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	11,39
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			11,39

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Discriminação dos Serviços

A	Data de apresentação da proposta	25/08/2020
B	Município	Salvador/BA
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	BA000029/2020
D	Nº de meses de execução contratual	Até 19/12/2020

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT	posto de serviço	1 empregado por posto

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar Administrativo e Operacional
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	4110-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.040,82
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SEAC/BA x SINDILIMP
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2019

Módulo 1 - Composição da Remuneração

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	1.045,00
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
	Total	1.045,00

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	87,04
B	Férias e Adicional de Férias	116,09
	Total	203,13

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	249,62
B	Salário Educação	2,50%	31,20
C	SAT	1,00%	12,48
D	SESC ou Sesi	1,50%	18,72
E	SENAI - SENAC	1,00%	12,48

F	SEBRAE	0,60%	7,48
G	INCRA	0,20%	2,49
H	FGTS	8,00%	99,85
Total		34,80%	434,32

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Valor (R\$)
A	Transporte	155,70
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	230,56
C	Assistência Médica - de acordo com a CCT somente após 90 dias, como o contrato será menor não cotado.	
D	Assistência Odontológica de acordo com a CCT somente após 90 dias, como o contrato será menor não	
E	Seguro de Vida	3,26
Total		389,52

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários

2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	203,13
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	434,32
2.3	Benefícios Mensais e Diários	389,52
Total		1.026,97

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	-
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,00%	-
D	Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	34,80%	-
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
Total			-

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,55%	11,39
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,00%	-
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			11,39

Submódulo 4.2 - Substituto na Intraornada

4.2	Substituto na Intra jornada	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação	-
Total		-

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	11,39
4.2	Substituto na Intra jornada	-
Total		11,39

Módulo 5 - Insumos Diversos

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,78%	99,58
B	Lucro	5,00%	109,15
C	Tributos	7,97%	198,50
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,53%	13,20
	C.1.B. COFINS	2,44%	60,77
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	124,53
Total		19,55%	407,23

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	1.045,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.026,97
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	-
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	11,39
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	-
Subtotal (A + B +C+ D + E)		2.083,36
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	407,23
Valor Total por Empregado		2.490,59

NIVELAMENTO TÉCNICO

Auxiliares Administrativo e Operacional

	Qtde.	Valor unitário	Valor total
Gestão do nivelamento técnico	1	11.258,42	11.258,42
Ambientes do nivelamento	4	2.680,57	10.722,28
Alunos	104	30,02	3.122,08
Subtotal 1			25.102,78

Supervisores

	Qtde.	Valor unitário	Valor total
Gestão do nivelamento técnico	1	11.258,42	11.258,42
Ambientes do nivelamento	0	2.680,57	-
Alunos	24	375,28	9.006,72
Subtotal 2			20.265,14

Auxiliares Administrativo e Operacional – AAOP-SAT

	Qtde.	Valor unitário	Valor total
Gestão do nivelamento técnico	1	11.258,42	11.258,42
Ambientes do nivelamento	0	2.680,57	-
Alunos	7	375,28	2.626,96
Subtotal 3			13.885,38

Nivelamento técnico - Preço Total

Nivelamento técnico		59.253,30
Custos Indiretos	4,77%	2.826,38
Lucro	5,00%	3.103,98
Tributos	7,97%	5.645,04
TOTAL		70.828,70

Observações:

1) As informações para formação de preços estão disponíveis no item 4 do Anexo A-I do presente Termo de Referência.

2) O quantitativo do item "Ambientes de nivelamento" corresponderá ao número de turmas de treinamento a serem realizadas, multiplicado pelo número de dias de treinamento.

Ex: O nivelamento será realizado em **dois** dias úteis, para duas turmas: Ambientes de nivelamento = 4

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - treinamento de mesários

Supervisor			
A	Remuneração		1.399,27
B	Encargos	34,80%	486,95
C	Custos Indiretos		-
D	Lucro		-
E	Tributos	7,97%	163,35
Subtotal			2.049,57
F	Valor da hora normal		9,31
G	Valor da hora extra	50,00%	13,96
H	Valor da hora extra	100,00%	18,62
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	10	139,60
J	Sábados	6	83,76
K	Domingos	0	-
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			223,36
Quantidade de profissionais			24
Total com horas extras			5.360,64
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	0
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		251,52	-
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	21,78
Subtotal2		273,30	-
Total transporte e alimentação com horas extras			273,30
Custo Total com Hora Extra			5.633,94

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - treinamento de mesários

Auxiliar Administrativo e Operacional				
A	Remuneração			1.045,00
B	Encargos	34,80%		363,66
C	Custos Indiretos	4,77%		67,19
D	Lucro	5,00%		73,79
E	Tributos	7,97%		134,20
Subtotal				1.683,84
F	Valor da hora normal			7,65
G	Valor da hora extra	50,00%		11,47
H	Valor da hora extra	100,00%		15,30
		Qtde H.E.	Valor	
I	Segunda a Sexta	10		114,70
J	Sábados	6		68,82
K	Domingos	0		-
L	Feriados	0		-
Total com horas extras - por posto				183,52
Quantidade de profissionais				1245
Total com horas extras				228.482,40
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.	
Qtde dias com horas extras		1	0	
M	Vale transporte	-		8,40
N	Vale alimentação	10,48		10,48
Subtotal1		13.047,60		-
O	Custos Indiretos	-		-
P	Lucro	-		-
Q	Tributos	7,97%	1.129,95	-
Subtotal2		14.177,55		-
Total transporte e alimentação com horas extras				14.177,55
Custo Total com Hora Extra				242.659,95
Total com Horas Suplementares - 1.º turno - treinamento de mesários				248.293,89

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - inseminação das urnas

Supervisor			
A	Remuneração		1.399,27
B	Encargos	34,80%	486,95
C	Custos Indiretos		-
D	Lucro		-
E	Tributos	7,97%	163,35
Subtotal			2.049,57
F	Valor da hora normal		9,31
G	Valor da hora extra	50,00%	13,96
H	Valor da hora extra	100,00%	18,62
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	10	139,60
J	Sábados	4	55,84
K	Domingos	6	111,72
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			307,16
Quantidade de profissionais			24
Total com horas extras			7.371,84
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		251,52	453,12
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	21,78
Subtotal2		273,30	492,36
Total transporte e alimentação com horas extras			765,66
Custo Total com Hora Extra			8.137,50

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - inseminação das urnas

Auxiliar Administrativo e Operacional – exceto os que atuam em polos de urnas			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos	4,77%	67,19
D	Lucro	5,00%	73,79
E	Tributos	7,97%	134,20
Subtotal			1.683,84
F	Valor da hora normal		7,65
G	Valor da hora extra	50,00%	11,47
H	Valor da hora extra	100,00%	15,30
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	2	22,94
J	Sábados	0	-
K	Domingos	0	-
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			22,94
Quantidade de profissionais			1067
Total com horas extras			24.476,98
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		0	0
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		-	-
O	Custos Indiretos	4,77%	-
P	Lucro	5,00%	-
Q	Tributos	7,97%	-
Subtotal2		-	-
Total transporte e alimentação com horas extras			-
Custo Total com Hora Extra			24.476,98

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - inseminação das urnas

Auxiliar Administrativo e Operacional – apenas os que atuam em polos de urnas			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos	4,77%	67,19
D	Lucro	5,00%	73,79
E	Tributos	7,97%	134,20
Subtotal			1.683,84
F	Valor da hora normal		7,65
G	Valor da hora extra	50,00%	11,47
H	Valor da hora extra	100,00%	15,30
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	10	114,70
J	Sábados	4	45,88
K	Domingos	6	91,80
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			252,38
Quantidade de profissionais			178
Total com horas extras			44.923,64
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		1.865,44	3.360,64
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	161,55
Subtotal2		2.026,99	3.651,67
Total transporte e alimentação com horas extras			5.678,66
Custo Total com Hora Extra			50.602,30

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - inseminação das urnas

Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos	4,78%	67,33
D	Lucro	5,00%	73,79
E	Tributos	7,97%	134,21
Subtotal			1.683,99
F	Valor da hora normal		7,65
G	Valor da hora extra	50,00%	11,47
H	Valor da hora extra	100,00%	15,30
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	2	22,94
J	Sábados	0	-
K	Domingos	0	-
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			22,94
Quantidade de profissionais			7
Total com horas extras			160,58
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		0	0
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		-	-
O	Custos Indiretos	4,78%	-
P	Lucro	5,00%	-
Q	Tributos	7,97%	-
Subtotal2		-	-
Total transporte e alimentação com horas extras			-
Custo Total com Hora Extra			160,58
Total com Horas Suplementares - 1.º turno - inseminação de urnas			83.377,36

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - véspera e dia do pleito

Supervisor			
A	Remuneração		1.399,27
B	Encargos	34,80%	486,95
C	Custos Indiretos		-
D	Lucro		-
E	Tributos	7,97%	163,35
Subtotal			2.049,57
F	Valor da hora normal		9,31
G	Valor da hora extra	50,00%	13,96
H	Valor da hora extra	100,00%	18,62
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	0	-
J	Sábados	6	83,76
K	Domingos	15	279,30
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			363,06
Quantidade de profissionais			24
Total com horas extras			8.713,44
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		251,52	453,12
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	21,78
Subtotal2		273,30	492,36
Total transporte e alimentação com horas extras			765,66
Custo Total com Hora Extra			9.479,10

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - véspera e dia do pleito

Auxiliar Administrativo e Operacional				
A	Remuneração			1.045,00
B	Encargos	34,80%		363,66
C	Custos Indiretos	4,77%		67,19
D	Lucro	5,00%		73,79
E	Tributos	7,97%		134,20
Subtotal				1.683,84
F	Valor da hora normal			7,65
G	Valor da hora extra	50,00%		11,47
H	Valor da hora extra	100,00%		15,30
		Qtde H.E.	Valor	
I	Segunda a Sexta	0	-	
J	Sábados	6	68,82	
K	Domingos	15	229,50	
L	Feriados	0	-	
Total com horas extras - por posto				298,32
Quantidade de profissionais				1245
Total com horas extras				371.408,40
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.	
Qtde dias com horas extras		1	1	
M	Vale transporte	-	8,40	
N	Vale alimentação	10,48	10,48	
Subtotal1		13.047,60	23.505,60	
O	Custos Indiretos	-	-	
P	Lucro	-	-	
Q	Tributos	7,97%	1.129,95	2.035,63
Subtotal2		14.177,55	25.541,23	
Total transporte e alimentação com horas extras				39.718,78
Custo Total com Hora Extra				411.127,18

HORAS SUPLEMENTARES - 1.º turno - véspera e dia do pleito

Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos		-
D	Lucro		-
E	Tributos	7,97%	121,99
Subtotal			1.530,65
F	Valor da hora normal		6,95
G	Valor da hora extra	50,00%	10,42
H	Valor da hora extra	100,00%	13,90
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	0	-
J	Sábados	6	62,52
K	Domingos	15	208,50
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			271,02
Quantidade de profissionais			7
Total com horas extras			1.897,14
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		73,36	132,16
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	6,35
Subtotal2		79,71	143,60
Total transporte e alimentação com horas extras			223,31
Custo Total com Hora Extra			2.120,45
Total com Horas Suplementares - 1.º turno - véspera e dia do pleito			422.726,73

HORAS SUPLEMENTARES – 2.º turno - inseminação das urnas

Supervisor			
A	Remuneração		1.399,27
B	Encargos	34,80%	486,95
C	Custos Indiretos	4,77%	89,97
D	Lucro	5,00%	98,80
E	Tributos	7,97%	179,69
Subtotal			2.254,68
F	Valor da hora normal		10,24
G	Valor da hora extra	50,00%	15,36
H	Valor da hora extra	100,00%	20,48
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	10	153,60
J	Sábados	4	61,44
K	Domingos	6	122,88
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			337,92
Quantidade de profissionais			3
Total com horas extras			1.013,76
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		31,44	56,64
O	Custos Indiretos	4,77%	1,49
P	Lucro	5,00%	1,64
Q	Tributos	7,97%	2,99
Subtotal2		37,56	67,69
Total transporte e alimentação com horas extras			105,25
Custo Total com Hora Extra			1.119,01

HORAS SUPLEMENTARES – 2.º turno - inseminação das urnas

Auxiliar Administrativo e Operacional – exceto os que atuam em polos de urnas			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos	4,77%	67,19
D	Lucro	5,00%	73,79
E	Tributos	7,97%	134,20
Subtotal			1.683,84
F	Valor da hora normal		7,65
G	Valor da hora extra	50,00%	11,47
H	Valor da hora extra	100,00%	15,30
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	2	22,94
J	Sábados	0	-
K	Domingos	0	-
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			22,94
Quantidade de profissionais			130
Total com horas extras			2.982,20
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		0	0
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		-	-
O	Custos Indiretos	4,77%	-
P	Lucro	5,00%	-
Q	Tributos	7,97%	-
Subtotal2		-	-
Total transporte e alimentação com horas extras			-
Custo Total com Hora Extra			2.982,20

HORAS SUPLEMENTARES – 2.º turno - inseminação das urnas

Auxiliar Administrativo e Operacional – apenas os que atuam em polos de urnas			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos		-
D	Lucro		-
E	Tributos	7,97%	121,99
Subtotal			1.530,65
F	Valor da hora normal		6,95
G	Valor da hora extra	50,00%	10,42
H	Valor da hora extra	100,00%	13,90
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	10	104,20
J	Sábados	4	41,68
K	Domingos	6	83,40
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			229,28
Quantidade de profissionais			21
Total com horas extras			4.814,88
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		220,08	396,48
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	19,05
Subtotal2		239,13	430,81
Total transporte e alimentação com horas extras			669,94
Custo Total com Hora Extra			5.484,82

HORAS SUPLEMENTARES – 2.º turno - inseminação das urnas

Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos	4,78%	67,33
D	Lucro	5,00%	73,79
E	Tributos	7,97%	134,21
Subtotal			1.683,99
F	Valor da hora normal		7,65
G	Valor da hora extra	50,00%	11,47
H	Valor da hora extra	100,00%	15,30
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	2	22,94
J	Sábados	0	-
K	Domingos	0	-
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			22,94
Quantidade de profissionais			1
Total com horas extras			22,94
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		0	0
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		-	-
O	Custos Indiretos	4,78%	-
P	Lucro	5,00%	-
Q	Tributos	7,97%	-
Subtotal2		-	-
Total transporte e alimentação com horas extras			-
Custo Total com Hora Extra			22,94
Total com Horas Suplementares – 2.º turno - inseminação de urnas			9.608,97

HORAS SUPLEMENTARES - 2.º turno - véspera e dia do pleito

Supervisor			
A	Remuneração		1.399,27
B	Encargos	34,80%	486,95
C	Custos Indiretos	4,77%	89,97
D	Lucro	5,00%	98,80
E	Tributos	7,97%	179,69
Subtotal			2.254,68
F	Valor da hora normal		10,24
G	Valor da hora extra	50,00%	15,36
H	Valor da hora extra	100,00%	20,48
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	0	-
J	Sábados	6	92,16
K	Domingos	15	307,20
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			399,36
Quantidade de profissionais			3
Total com horas extras			1.198,08
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		31,44	56,64
O	Custos Indiretos	5,00%	1,57
P	Lucro	5,00%	1,65
Q	Tributos	7,97%	3,00
Subtotal2		37,66	67,84
Total transporte e alimentação com horas extras			105,50
Custo Total com Hora Extra			1.303,58

HORAS SUPLEMENTARES - 2.º turno - véspera e dia do pleito

Auxiliar Administrativo e Operacional			
A	Remuneração		1.045,00
B	Encargos	34,80%	363,66
C	Custos Indiretos		-
D	Lucro		-
E	Tributos	7,97%	121,99
Subtotal			1.530,65
F	Valor da hora normal		6,95
G	Valor da hora extra	50,00%	10,42
H	Valor da hora extra	100,00%	13,90
		Qtde H.E.	Valor
I	Segunda a Sexta	0	-
J	Sábados	6	62,52
K	Domingos	15	208,50
L	Feriados	0	-
Total com horas extras - por posto			271,02
Quantidade de profissionais			151
Total com horas extras			40.924,02
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.
Qtde dias com horas extras		1	1
M	Vale transporte	-	8,40
N	Vale alimentação	10,48	10,48
Subtotal1		1.582,48	2.850,88
O	Custos Indiretos	-	-
P	Lucro	-	-
Q	Tributos	7,97%	137,04
Subtotal2		1.719,52	3.097,77
Total transporte e alimentação com horas extras			4.817,29
Custo Total com Hora Extra			45.741,31

HORAS SUPLEMENTARES - 2.º turno - véspera e dia do pleito

Auxiliar Administrativo e Operacional - AAOP-SAT				
A	Remuneração			1.045,00
B	Encargos	34,80%		363,66
C	Custos Indiretos			-
D	Lucro			-
E	Tributos	7,97%		121,99
Subtotal				1.530,65
F	Valor da hora normal			6,95
G	Valor da hora extra	50,00%		10,42
H	Valor da hora extra	100,00%		13,90
		Qtde H.E.	Valor	
I	Segunda a Sexta	0		-
J	Sábados	6		62,52
K	Domingos	15		208,50
L	Feriados	0		-
Total com horas extras - por posto				271,02
Quantidade de profissionais				1
Total com horas extras				271,02
Transporte e alimentação		Sábados	Dom./Fer.	
Qtde dias com horas extras		1	1	
M	Vale transporte	-		8,40
N	Vale alimentação	10,48		10,48
Subtotal1		10,48		18,88
O	Custos Indiretos	-		-
P	Lucro	-		-
Q	Tributos	7,97%	0,90	1,63
Subtotal2		11,38		20,51
Total transporte e alimentação com horas extras				31,89
Custo Total com Hora Extra				302,91
Total com Horas Suplementares - 2.º turno - véspera e dia do pleito				47.347,80

HORAS SUPLEMENTARES - resumo

1.º turno		
A	Semana de treinamento de mesários	248.293,89
B	Inseminação das urnas	83.377,36
C	Véspera e dia do pleito	422.726,73
Total com horas suplementares - 1.º turno		754.397,98
2.º turno		
D	Inseminação das urnas	9.608,97
E	Véspera e dia do pleito	47.347,80
Total com horas suplementares - 2.º turno		56.956,77
Total com horas suplementares estimado para contratação		811.354,75

INSUMOS - tópico 7.1.24 do TR					
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	chave de fenda (3/16")	unidade	1276	2,85 R\$	3.636,60
2	chave para energia (chave teste)	unidade	1276	2,78 R\$	3.547,28
3	chave Phillips (3/16")	unidade	1276	5,35 R\$	6.826,60
4	colete	unidade	1276	50 R\$	63.800,00
5	crachá	unidade	1276	3,17 R\$	4.044,92
6	exemplar impresso do manual de operação das urnas	unidade	1276	12 R\$	15.312,00
7	máscaras de tecido	unidade	2552	2 R\$	5.104,00
				Subtotal	R\$ 102.271,40
				Custos Indiretos	R\$ -
				Lucro	R\$ -
				Tributos	7,97% R\$ 8.856,92
				Valor total - insumos	R\$ 111.128,32

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: BA000029/2020
DATA DE REGISTRO NO MTE: 22/01/2020
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR001903/2020
NÚMERO DO PROCESSO: 13625.100305/2020-77
DATA DO PROTOCOLO: 22/01/2020

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA, CNPJ n. 13.713.607/0001-60, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). AURO RICARDO PISANI FERREIRA DA SILVA;

E

SIND DOS T DE LIMP U E DE EMP DE A E CONS DO M SALVADOR, CNPJ n. 33.568.809/0001-73, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MAURICIO BORGES LEAL ROXO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **das Empresas de Asseio e Conservação e Trabalhadores em Limpeza Urbana e de Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência territorial em Salvador/BA**, com abrangência territorial em **Salvador/BA**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS**

Fica assegurado, como salário de ingresso a todos os integrantes da categoria profissional que laboram nas empresas representadas pelo sindicato patronal, os pisos normativos conforme Anexo I, parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

Em face da data base da categoria profissional, e no exercício do direito constitucional da livre negociação, fica estipulado que, na data de 1º de janeiro de 2020, as empresas concederão reajuste dos pisos normativos conforme Anexo I, parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho, que refletem o percentual acumulado de reajuste dos últimos anos, mas que serão pagos de forma acumulada, exclusivamente a partir de janeiro de 2020.

Parágrafo Único – As empresas terão o prazo de até 90 (noventa) dias, após o registro deste instrumento para pagamento das diferenças salariais retroativas a janeiro 2020.

CLÁUSULA QUINTA - IMPACTO FINANCEIRO

As alterações realizadas nesta CCT geram um impacto financeiro de **8,78% a 3,90%** em relação a CCT 2018.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - REMUNERAÇÃO DO SUBSTITUTO

A substituição por período igual ou superior a 10 (dez) dias, deverá ser remunerada pela empresa, que pagará ao empregado substituto - desde o primeiro dia e enquanto perdurar a situação - a diferença salarial sobre o salário do substituído, excetuando os ganhos e vantagens pessoais.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL NOTURNO



Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre o valor da hora diurna, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Único – Com a contrapartida acima pactuada, fica extinto o cálculo de Hora Noturna Reduzida.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - ALIMENTAÇÃO

As empresas concederão auxílio alimentação no valor de R\$ 13,10 (treze reais e dez centavos), a partir de janeiro/2020, por dia de efetivo trabalho, para os beneficiários da presente Convenção Coletiva com turno de trabalho superior a 06 (seis) horas, sendo que tal parcela não será integrada ao salário sob nenhuma hipótese, respeitando-se a legislação aplicável à espécie, podendo as empresas descontar do salário do empregado o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor mensal do referido benefício.

Parágrafo Primeiro - Os empregados lotados em postos de serviço em que os contratantes forneçam alimentação, não terão direito ao recebimento do auxílio alimentação proposto no caput.

Parágrafo Segundo- Havendo falta do empregado ao serviço, o mesmo não fará jus ao recebimento do auxílio alimentação naquele dia.

Parágrafo Terceiro - O empregador poderá optar, em substituição ao vale alimentação, nos casos onde não haja cobertura/aceitação de tíquete/vale/cartão alimentação/cartão refeição, pela concessão de ajuda de custo em espécie em valor não superior a 50% (cinquenta por cento) do salário.

Parágrafo Quarto – As empresas deverão entregar o auxílio alimentação, estabelecido nesta Cláusula sempre dentro de 30 dias e em prazo suficiente que garanta o direito do recebimento do benefício antes do dia do trabalho do empregado.

CLÁUSULA NONA - CESTA DE ALIMENTOS

As empresas poderão conceder aos seus empregados, em alternativa à concessão do benefício da Alimentação, não havendo a cumulatividade, uma cesta básica mensal contendo os mesmos produtos integrantes da cesta básica considerada pelo Governo Federal, sendo que tal parcela não será integrada ao salário.

Parágrafo Único - Fica estabelecido em caso da Empresa optar pela concessão da **CESTA DE ALIMENTOS**, o valor a ser considerado mensalmente será de **R\$ 288,20 (duzentos e oitenta e oito reais e vinte centavos)**, a partir de janeiro/2020.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA - VALE TRANSPORTE

Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas às exigências prevista no Art. 7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87, as Empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, exclusivamente para os seus deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

Parágrafo Primeiro - As empresas deverão entregar os vales transportes, estabelecidos nesta Cláusula sempre dentro de 30 dias e em prazo suficiente que garanta o direito do recebimento do benefício antes do dia do trabalho do empregado.

Parágrafo Segundo - A base de cálculo para desconto de 6% (seis por cento) do vale-transporte corresponderá ao salário base do funcionário.

Parágrafo Terceiro - Para fins de concessão do vale transporte, equipara-se ao transporte indicado na Lei nº 7.619/87 o transporte alternativo, onde não exista transporte público regulamentado.

Parágrafo Quarto – Fica concedido desconto que trata o Parágrafo Segundo da presente Cláusula para os empregados de empresas que concedam transporte na modalidade “fretado”.

Parágrafo Quinto – O empregador poderá optar pelo pagamento do vale transporte em espécie sem que tal benefício tenha natureza de verba salarial.

Parágrafo sexto – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo sétimo – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo oitavo– No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo nono – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo décimo – A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas concederão aos seus empregados, a partir da data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho, Plano de Assistência Médica Privada, com cobertura, assistencial de que trata o plano referência para todos os procedimentos clínicos, cirúrgicos e os atendimentos de urgência e emergência na forma estabelecida no artigo 10 da Lei nº 9.656, de 1998, (abaixo descrito) devendo as mesmas arcarem com o custo de R\$ 110,00 (cento e dez reais), a partir de janeiro/2020, não havendo quaisquer desconto em face do empregado com exceção àquele previsto no parágrafo segundo e quarto a seguir:

Parágrafo Primeiro - O plano de saúde contratado de exclusiva responsabilidade das empresas, terá a obrigação de cobrir todos os procedimentos médicos, cirúrgicos, hospitalares, ambulatoriais e laboratoriais (exames complementares e procedimentos auxiliares de diagnose) regulamentados pela ANS – Agência Nacional de Saúde, incluído PARTO E OBSTETRÍCIA, os quais deverão ser prestados por profissionais regularmente habilitados e credenciados, respeitando-se os prazos de carência e limites de cobertura estabelecidos em contrato;

Parágrafo Segundo - A critério do empregado, poderão ser incluídos no Plano de Assistência Médica Privada seus dependentes, ficando o ônus total sob sua inteira responsabilidade, devendo o mesmo autorizar, quando da sua adesão ao plano, o desconto em seu salário dos valores correspondentes à participação de seus dependentes;

Parágrafo Terceiro - Para os novos contratos de trabalho, a concessão do benefício será obrigatoriamente efetivado logo, após decorrido prazo do contrato de experiência 90 dias;

Parágrafo Quarto - Haverá coparticipação do empregado no pagamento de consultas médicas e exames, desde que ultrapassada a quantidade mensal de 02 (duas) consultas/exames, limitando-se aos seguintes valores: R\$ 17,00 (dezessete reais), para consultas eletivas, R\$ 28,00 (vinte e oito reais), para consultas de urgências e emergências, R\$ 7,00 (sete reais), para exames simples e 50,00 (cinquenta reais), para exames complexos, independente do quantitativo excedente.

Parágrafo Quinto - O Plano de Assistência Médica deve cobrir todo o Estado da Bahia.

Nas Cidades com mais de 100.000 habitantes, obrigatório credenciamento de hospitais, laboratórios de análise e clínicas especializadas, sob pena da Operadora do Plano de Saúde indenizar os custos da assistência médica de urgência, emergência e laboratorial;

Parágrafo Sexto - Em caso de afastamento de funcionário ao INSS e se este funcionário tenha dependentes no plano de saúde, será estabelecida uma nova relação direta de obrigação de cobrança e de dever de pagamento, relativo aos valores correspondentes aos dependentes incluídos no plano acima citado, entre a prestadora do plano e o funcionário afastado, imediatamente após a notificação da empresa sobre o seu afastamento ao INSS junto a prestadora do plano de saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA PRIVADA

As empresas concederão aos seus empregados Plano de Assistência Odontológica Privada, com operadora devidamente inscrita na ANS (Agência Nacional de Saúde) que comprove autorização para operar no Estado da Bahia (capital e interior). O referido Plano concedido dispensa perícia inicial, oferece assistência total em urgência 24 horas e não poderá ter cobertura inferior à mínima exigida pela ANS, devendo as mesmas arcarem com o custo de R\$ 10,00 (dez reais), a partir de janeiro/2020.

Parágrafo Primeiro - A critério do empregado, poderão ser incluídos no Plano de Assistência Odontológica Privada seus dependentes, ficando o ônus total sob sua inteira responsabilidade, devendo o mesmo autorizar, quando da sua adesão ao plano, o desconto em seu salário dos valores correspondentes à participação de seus dependentes.

Parágrafo Segundo - Em caso de afastamento de funcionário ao INSS e se este funcionário tenha dependentes no plano odontológico, será estabelecida uma nova relação direta de obrigação de cobrança e de dever de pagamento, relativo aos valores correspondentes aos dependentes incluídos no plano acima citado, entre a prestadora do plano e o funcionário afastado, imediatamente após a notificação da empresa sobre o seu afastamento ao INSS junto a prestadora do plano odontológico.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA

As empresas manterão, obrigatoriamente, em favor de todos os seus empregados, que estejam no exercício de suas funções, associados ou não às entidades sindicais profissionais, apólice de seguro contra morte natural ou acidental, invalidez permanente acidental e Pagamento Antecipado Especial por Doença Profissional, com base nos valores abaixo:

Parágrafo Primeiro - Na hipótese da empresa, descumprir a cláusula e não providenciar o seguro de vida aqui estabelecido, responderá pelos respectivos valores na ocorrência do evento acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício, num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento do comunicado do sinistro e entrega de toda documentação legal solicitada;

Parágrafo Segundo - Durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, os empregadores contribuirão para o custeio do Seguro de Vida com a quantia de **R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos)**, por empregado, e o trabalhador contribuirá com a quantia de **R\$ 1,00 (um real)**, a ser descontado em folha de pagamento;

Parágrafo Terceiro - O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação estiver inadimplente por: falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes com o valor estabelecido abaixo;

Parágrafo Quarto - O óbito ou o evento que possa provocar incapacitação permanente para o trabalho por perda ou redução de sua aptidão física deverá ser comunicado, formalmente, pelo empregador, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias da ocorrência, à Entidade Seguradora.

MORTE NATURAL 15 vezes o Piso Salarial R\$ 15.612,30

MORTE ACIDENTAL 30 vezes o Piso Salarial R\$ 31.224,60

INVALIDEZ PERMANENTE POR ACIDENTE 30 vezes o Piso Salarial R\$ 31.224,60

PAGAMENTO ANTECIPADO ESPECIAL POR DOENÇA PROFISSIONAL 15 vezes o Piso Salarial R\$ 15.612,30
ASSISTÊNCIA FUNERAL INDIVIDUAL Valor Limitado à R\$ 4.163,28

Parágrafo Quinto - Ficam as empresas obrigadas a enviar cópias das respectivas apólices (nos termos do quanto descrito nesta cláusula), juntamente com a relação dos empregados, ao SINDICATO LABORAL, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a data de registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Parágrafo Sexto - Para recebimento do benefício da Assistência Funeral Individual, a família deverá entrar em contato com a central de atendimento da seguradora, através do número telefônico disponibilizado pela mesma.

Parágrafo Sétimo - Será pago ao empregado considerado Inválido de Forma Definitiva e Permanente Total por Doença adquirida no exercício de suas atividades (Doença Profissional), que o impeça de desenvolver definitivamente suas funções e pela qual não se pode esperar recuperação ou reabilitação com os recursos terapêuticos disponíveis no momento de sua contratação, o valor equivalente a 100% (cem por cento) do Capital Básico Segurado para a Cobertura de MORTE, a título de Pagamento Antecipado Especial por Doença, desde que a data do início de tratamento e/ou diagnóstico da doença profissional caracterizada seja posterior à data de contratação na empresa.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - APOSENTADORIA

Ao empregado que faltar 01 (um) ano ou menos para se aposentar, fica garantida a estabilidade no emprego, até a efetivação da aposentadoria, salvo por perda de contrato ou demissão por justa causa.

Parágrafo Único – Na estrita hipótese de perda de contrato e não havendo a possibilidade de transferência do empregado para outra frente de serviço, e, tendo o empregado 60 (sessenta) meses ou mais de serviços contínuos prestados ao mesmo empregador, será concedido quando da sua aposentadoria uma indenização complementar equivalente ao valor de meio piso normativo da categoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - BOLSAS DE ESTUDO

As empresas poderão efetuar convênio junto ao MEC, para obter o benefício do Salário Educação para seus empregados, devendo comunicar aos mesmos sobre a abertura de convênio e de como devem inscrever-se para recebimento do respectivo benefício.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INDÚSTRIAS QUÍMICA,PETROQUÍMICA,METALÚRGICA,SIDERURGICA,AUTOMOTIVA,CELULOSE

As empresas concederão aos seus empregados que laboram em plantas de empresas químicas, petroquímicas, metalúrgica, siderúrgicas, automotivas e celulose:

a) Uma folga mensal, a ser definida de acordo com a viabilidade do empregador, mediante sistema compensatório. Para fins de efetivar as compensações, poderão ser adotadas as seguintes ações:

Extensão da jornada diária em 20 minutos.

Extensão da jornada diária e/ou semanal aos sábados, respeitando o limite de 08 horas/mês para este fim.

b) Café da Manhã;

c) Uma cesta de alimento em moeda corrente do País ou vale alimentação, no valor mínimo de R\$ 107,15 (cento e sete reais e quinze centavos), a partir de janeiro de 2020.

Parágrafo Primeiro: Apenas estarão obrigadas ao cumprimento da aliena as empresas cujos contratantes também concedam a folga citada a seus empregados.

Parágrafo Segundo – Na estrita hipótese de não haver condições mínimas de segurança alimentar, ou ausência de fornecedor para o atendimento do benefício na forma “in natura”, previsto na alínea “b”, as empresas, poderão pagar aos seus empregados o valor equivalente a R\$ 4,16(quatro reais e dezesseis centavos) por dia efetivamente trabalhado, na forma de cartão benefício ou outro similar.

Parágrafo Terceiro – As empresas ficam obrigadas a divulgar para seus empregados os riscos de cada produto por ele utilizado, fornecendo aos mesmos, instruções e treinamentos iniciais e periódicos, sobre os riscos de acidente de trabalho e condições agressivas à saúde, oferecendo, ainda, medidas de proteção relativas às atividades pelos empregados desenvolvidas, comprometendo-se por outro lado, fornecer ao **SINTRAL**, quando solicitado, cópia das divulgações feitas.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

No momento da rescisão contratual a empresa deverá entregar ao funcionário carta de aviso-prévio e informar ao empregado a data da realização de exames demissionais, bem como data para assinatura do TRCT. Na data prevista para assinatura do TRCT, a empresa deverá fornecer PPP, extrato analítico da conta vinculada do

FGTS, Relação das Contribuições Previdenciárias, cumpridas essas formalidades, ao empregado que não se fizer presente ao ato homologatório tem-se por caracterizado o atraso por sua exclusiva culpa, ficando a empresa liberada do ônus da multa dos §§ 6º e 8º do artigo 477 da CLT.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTINUIDADE DOS CONTRATOS – RESCISÃO POR ACORDO

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato contratarão os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO.

Parágrafo Primeiro - Fica a empresa dispensada do pagamento do aviso prévio, quando o empregado tiver assegurada a continuidade no seu trabalho, na atividade, mesmo que seja em outra empresa do segmento, ficando assegurado ao referido empregado a manutenção do emprego por 30 (trinta) dias corridos na nova empresa salvo se demissão por justa causa

Parágrafo Segundo - Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

Parágrafo Terceiro - No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

Parágrafo Quarto - Para a aplicação do quanto estabelecido no parágrafo anterior, é obrigatório assinatura de um Termo de Compromisso Especial, conforme o modelo definido no anexo “IV” desta CCT, com a participação do SEAC-BA, do Sindicato Laboral e dos representantes das Empresas envolvidas, concluído no prazo máximo de 8(oito) dias contados da solicitação feita pela empresa, desde que esta possua o certificado de regularidade da entidade sua representativa. Caso o prazo aqui acordado não seja cumprido, por omissão e/ou falta de justificativa de uma das partes, fica a empresa autorizada a realizar o acordo individualmente para aqueles empregados que se posicionarem favoravelmente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DEMISSÃO ANTES DA DATA BASE POR TÉRMINO DE CONTRATO

Fica convencionado que as empres ficarão isentas de efetuar o pagamento de um salário adicional, como previsto na Legislação Trabalhista, quando esta tiver que efetuar demissão de empregados a 30 (trinta) dias da data base, em decorrência de término de contrato de prestação de serviço com o contratante, ou por qualquer outro motivo.

Parágrafo Primeiro – Para que a empresa tenha direito a utilizar o quanto previsto no caput desta cláusula, esta deverá comunicar por escrito ao Sindicato Laboral e ao SEAC-BA que esse fato acontecerá, com uma antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do término do contrato, e firmar com essas entidades o termo de autorização para não pagamento do salário adicional por demissão com 30 dias antes da data base, sob pena de torná-lo nulo de pleno direito.

Parágrafo Segundo - Para que a empresa tenha direito a utilizar o quanto previsto no caput desta cláusula, esta deverá comunicar por escrito ao Sindicato Laboral e ao SEAC-BA a demissão do respectivo colaborador no mês em questão, se comprometendo a realizar o pagamento de possíveis diferenças salariais, caso haja reajuste de salário da função do empregado demitido determinado em CCT do ano seguinte, e firmar com estas entidades o termo de autorização para não pagamento do salário adicional por demissão com 30 dias antes da data base, sob pena de torná-lo nulo de pleno direito.

CONTRATO A TEMPO PARCIAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA - JORNADA DE TRABALHO PARCIAL

Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquela cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais. O salário a ser pago aos empregados sob regime de tempo parcial será proporcional à sua jornada, em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral. Para os atuais empregados, a adoção do regime de tempo parcial será feita mediante opção manifestada perante a Empresa.

Parágrafo Primeiro - As empresas que optarem por praticar jornada parcial poderão fazê-lo conforme o artigo 58-A e seus parágrafos, introduzido na CLT pela MP nº 1952 – 30 de 16 de novembro de 2000.

Parágrafo Segundo - As empresas que, em face da conjuntura econômica devidamente comprovada, se encontrarem em condições que recomendem, transitoriamente, a redução da jornada normal ou do número de dias de trabalho, poderão fazê-lo conforme o artigo 2º da Lei nº 4923 de 23/12/65. Tal redução do salário mensal não poderá ser superior a 25% do salário contratual, respeitado o salário normativo da categoria em vigor.

Parágrafo Terceiro - Serão assegurados aos empregados sob regime de tempo parcial todos os direitos e benefícios consignados nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DEFICIENTE FÍSICO

Considerando que as atividades de prestação de serviço são prestadas na sede do tomador de serviço, impossibilitando assim, que a empresa prestadora de serviço propicie condições adequadas de trabalho para os portadores de deficiência física habilitada ou reabilitada, o parâmetro para incidência do percentual legal será o quantitativo de funcionários que habitem a sede da empresa.

OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - POSTOS ESPECIAIS

É facultado às Empresas conceder gratificações ou remunerações diferenciadas e a seu critério, em razão de postos de serviços por elas considerados especiais, a exemplo de Limpeza Pública, Tesouraria Bancária, Indústrias Químicas, Petroquímicas, metalúrgica, Siderúrgicas, automotivas e Celulose, sendo que tais gratificações ou benefícios diferenciados serão atribuídos, exclusivamente, a Postos Especiais, assim nominados pelas Empresas, em comum acordo com o Sindicato Obreiro ou ainda em decorrência de contratos com clientes que assim exijam ou deliberem.

Parágrafo Primeiro - O pagamento de tais gratificações ou remunerações diferenciadas, em razão de se circunscreverem a determinados postos de trabalho definidos como especiais, não poderá ser objeto de isonomia ou paridade para outros empregados que trabalhem em postos de trabalho que não tenham as mesmas condições, e não será incorporado, para nenhum efeito legal, ao salário do empregado, permanecendo o seu pagamento, apenas enquanto durar as condições de serviço estabelecidas nesta cláusula;

Parágrafo Segundo - Enquanto estiver sendo paga a gratificação ou remuneração prevista no “caput” desta cláusula, as Empresas obrigam-se a integrar os valores pagos à remuneração do empregado, para fins de pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e recolhimento para o FGTS.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

As empresas poderão instituir Contrato de Trabalho por Tempo Determinado, conforme disposto no Art. 1º e seus parágrafos da Lei 9.601 de 21/01/1998.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - JORNADA ESPECIAL

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso (12x36), não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 30 (trinta) minutos para repouso e alimentação.

Parágrafo Primeiro - As horas compreendidas entre a 8ª (oitava) e a 12ª (décima segunda), diárias, no regime estabelecido na escala acima não serão consideradas como horas extras, quer nas jornadas diurnas ou noturnas.

Parágrafo Segundo - Os empregados que trabalham exclusivamente na jornada 12x36, não farão jus a nenhum adicional de horas extraordinárias, de eventual trabalho realizado aos domingos e feriados, em razão da automática e vantajosa compensação com folgas de 36 horas seguidas, após 12 horas de trabalho, não havendo distinção entre o trabalho realizado diurno e noturno, salvo quanto ao adicional previsto em Lei, incidente sobre as horas efetivamente trabalhadas em horário legalmente noturno, entre 22:00 horas e 05:00 horas.

Parágrafo Terceiro - Somente serão consideradas como horas extras àquelas efetivamente trabalhadas que excederem a 192 (cento e noventa e duas) horas mensais.

Parágrafo Quarto - A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho e terá caráter indenizatório.

Parágrafo Quinto - O pagamento da indenização estabelecida nesta cláusula não gerará, para todos os efeitos legais, direito a retroatividade.

Parágrafo Sexto - O empregado fica desobrigado de registrar em controle de frequência o horário do intervalo intra-jornada para refeição e descanso.

Parágrafo Sétimo - A concessão de horário para alimentação na forma desta cláusula, independente da extensão, não desnatura a jornada de trabalho da categoria (12x36).

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão remuneradas na forma da legislação vigente, sendo as excedentes da jornada constitucional acrescidas de 50% (cinquenta por cento) nos dias úteis e de 100% (cem por cento) nos dias de repouso ou feriado, admitida a compensação de jornada extra com folga compensatória. O Cálculo da hora-extra será efetuado dividindo-se a remuneração por 220 (duzentos e vinte) horas acrescido do adicional 50% (cinquenta por cento) nos dias úteis e de 100% (cem por cento) nos dias de repouso ou feriado.

Parágrafo Primeiro – Visando cumprimento integral da jornada de 44hs semanais, fica permitido o acréscimo de 48 minutos da jornada diária realizada de segunda a sexta-feira, para a compensação das horas não trabalhadas do sábado.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FOLGAS

Fica instituído o prazo de 30 (trinta) dias para a concessão das folgas aos empregados que laboram aos domingos e feriados, devendo estas ser informadas aos empregados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do período de gozo, exceto nas jornadas 12x36 horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

Diante da necessidade de ratificação por parte dos Instrumentos Coletivos, as empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, devendo seguir as regras previstas na legislação para a devida implantação.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TRABALHO EM TURNO DE REVEZAMENTO

É facultado as empresas, a criação de trabalho em turnos de revezamento onde haja a extensão do trabalho diário por 02 (duas) horas, totalizando 08 (oito) horas diárias, desde que, as 02 (duas) horas sejam pagas com o adicional de hora extra, assegurando-lhes, ainda, o intervalo para refeição e descanso diário de 01 (uma) hora.

Parágrafo Primeiro - Caso a empresa opte em disponibilizar 05 (cinco) turmas de trabalho para realizar o revezamento, ficará desobrigada de pagar as 02 (duas) horas extras de extensão do trabalho diário, em razão da vantajosa compensação da jornada com maior número de folgas no mês.

Parágrafo Segundo - Fica convencionado que as empresas deverão comunicar anualmente ao sindicato laboral a utilização da jornada de trabalho de turno de revezamento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - BANCO DE HORAS

Fica convencionado que as empresas poderão, durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, estender a jornada de trabalho para além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou da operação ou que decorram de eventos fora de controle do empregador, procedendo à compensação das horas excedentes na forma prevista nesta Cláusula.

Parágrafo Primeiro - As empresas que aderirem ao Banco Horas deverão observar as seguintes regras:

a) Ocorrendo a necessidade de majoração da jornada regular prevista, as horas excedentes serão

devidamente computadas através de sistemática de controle do tipo com DÉBITOS, CRÉDITOS e SALDOS lançados, individualmente por empregado, na proporção de 1 (um) para 1 (um), ou seja, a cada hora extra será computada 1 (uma) hora no Banco de Horas.

b) Mensalmente será informado ao empregado, ao final de cada mês, a apuração das horas e o saldo resultante positivo ou negativo.

c) As horas computadas poderão ser compensadas, no prazo de 1 (um) ano, portanto, compensações anuais (Medida Provisória 2.164 de 2001), da seguinte forma, sempre com autorização do Gestor Imediato, bem como a conveniência do Empregado:

I - Redução da jornada regular em até 2 horas por dia;

II - Folga de 1 dia a cada 8 horas extras contabilizadas.

Parágrafo Segundo - No caso de desligamento do empregado, por pedido de demissão ou justa causa, o saldo existente no Banco de Horas, será pago ou descontado, segundo as regras contidas nesta cláusula.

Parágrafo Terceiro - Se o desligamento ocorrer por iniciativa da empresa, o saldo negativo existente no Banco de Horas, será por ela absorvido, enquanto que o crédito de horas do empregado será pago juntamente com as verbas rescisórias, na forma prevista na alínea “a” do Parágrafo Primeiro.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - INTERVALO PARA AMAMENTAÇÃO

As empresas adotarão horários especiais de 01 (uma) hora, preferencialmente no início ou no término do expediente para as empregadas que estiverem amamentando, em consonância com o disposto no Artigo 396 e parágrafo único da CLT.

FÉRIAS E LICENÇAS LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DO AVISO DE FÉRIAS

As empresas comunicarão aos seus empregados, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a data de início do período de gozo de férias, obedecendo a legislação vigente quanto aos demais prazos.

Parágrafo Primeiro – A comunicação das férias ao empregado acima mencionada, prevista no caput do art. 135 da CLT, poderá ser suprimida através do envio pelas empresas para os empregados, nas modalidades, e-mail, torpedo SMS ou qualquer outra modalidade de mensagem eletrônica, cadastrados para tal finalidade, em nome do empregado, devendo este dar ciência do recebimento em prazo anterior à data de início do gozo das férias.

Parágrafo Segundo – Este procedimento terá por objetivo único e exclusivo, desburocratizar a rotina trabalhista, suprimindo os efeitos legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO RECIBO DE FÉRIAS

As empresas que efetuarem o pagamento de férias através das modalidades ordem de pagamento ou depósito bancário em conta corrente do empregado, ficam dispensadas de colher assinatura de seus empregados nos recibos de férias, ficando obrigadas as empresas a entregar, quando solicitado pelo empregado uma cópia do recibo de férias para fins de conferência dos valores depositados.

Parágrafo único – Torna-se desnecessário o recolhimento da assinatura por parte do empregado e da empresa no aviso e no recibo de férias, com o objetivo único e exclusivo, desburocratizar a rotina trabalhista, suprimindo os efeitos legais aplicáveis.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

Por 05 (cinco) dias, a contar da data do parto, correspondente à licença paternidade;

Até 03 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;

Até 02 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, viva sob sua dependência econômica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INSALUBRIDADE DA GESTANTE

A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade. O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela, voluntariamente, apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades. A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas fornecerão os equipamentos de proteção individual adequados às atividades realizadas pelo empregado, em razão dos riscos a que se submeter no exercício de suas atividades, de acordo com a Norma Regulamentadora 6, regulamentada pela Portaria 3214/1978 e apresentarão semestralmente os certificados de aprovação dos equipamentos de proteção individual emitidos pelo Ministério do Trabalho.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EXAMES MÉDICOS

As empresas se obrigam a observar as disposições legais quanto à realização de exames médicos admissionais, periódicos e demissionais dos seus empregados.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTA

As empresas aceitarão atestados ou declarações de acompanhamento de 01 (um) dia, dos seus empregados que tenham acompanhado em caráter de emergência, seus dependentes, ascendentes ou descendentes e/ou cônjuge, desde que emitidas por profissional da área médica.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

Parágrafo primeiro – O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 48 (quarenta e oito) horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

Parágrafo segundo – Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsele ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço ou ainda poderá ser enviado por e-mail ou qualquer outra modalidade que facilite a entrega do atestado do empregado ao empregador.

Parágrafo terceiro – Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo quarto – Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo quinto – Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

CAMPANHAS EDUCATIVAS SOBRE SAÚDE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CAMPANHAS EDUCATIVAS

Os Sindicatos Patronal e Laboral, bem como as empresas do setor, envidarão todos os esforços no sentido de implementar campanhas educativas, divulgando entre os colaboradores formas de prevenção e combate às doenças infectocontagiosas, visando a maior qualidade de vida comunitária.

RELAÇÕES SINDICAIS

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES E DELEGADOS DE BASE

Todo dirigente sindical, delegado de base ou representante dos trabalhadores eleitos em assembleia da categoria, para participar de encontros de trabalhadores de cunho municipal, estadual, nacional ou internacional terá as suas faltas abonadas, até o limite de 30 (trinta) dias ao ano, sucessivas ou intercaladas, na proporção de um liberado por empresa e desde que esta possua acima de 250 (duzentos e cinquenta) empregados, sem prejuízo na sua remuneração, inclusive, repouso remunerado, férias, 13º salário, adicionais e demais direitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA DISPONIBILIDADE REMUNERADA

Fica estabelecida a disponibilidade remunerada dos dirigentes sindicais, no limite de 01 (um) por empresa e desde que esta possua acima de 250 (duzentos e cinquenta) empregados, devendo a entidade sindical profissional indicar o dirigente e solicitar, por escrito, ao estabelecimento empregador a disponibilidade aqui convencionada, informando a Assembleia que o elegeu.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão de seus empregados o percentual mensal de **2% (dois por cento)** sobre seu salário base, à título de Contribuição Social Sindical, por força dos benefícios provenientes desta Convenção Coletiva de Trabalho, que deverá ser repassado ao SINTRAL, no prazo de 5 (cinco) dias corridos após o pagamento dos salários.

Parágrafo Primeiro - As Empresas estão obrigadas a fornecerem ao SINTRAL a relação mensal de seus empregados contendo nome completo, RG, CPF, CTPS e PIS, no mesmo prazo do repasse ao Sindicato, através do e-mail: mauricioroxosintral@outlook.com;

Parágrafo Segundo - Fica assegurado ao empregado o direito de oposição ao desconto desta contribuição a qualquer momento após o registro desta Convenção Coletiva de Trabalho, mediante requerimento

protocolado fisicamente na Sede do SINTRAL, devendo o trabalhador entregar cópia deste na empresa para fins de suspensão dos descontos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - TAXA NEGOCIAL LABORAL

As empresas descontarão de seus empregados beneficiados por este acordo, no primeiro mês do benefício, nos termos do MEMO CIRCULAR SIT/SRT-MTE Nº 1/2005, o percentual abaixo especificado, a favor do Sindicato Laboral: **1,50% (um vírgula cinquenta por cento)** para os empregados, incidentes sobre o piso normativo da categoria.

Parágrafo Único - Os empregados terão um prazo de **20 (vinte) dias** do primeiro mês do benefício para apresentarem ao sindicato laboral carta em **03 (três) vias**, desautorizando o referido desconto.

O empregado levará, pessoalmente, a terceira via para a Seção de Pessoal da Empresa, devidamente carimbada pelo sindicato laboral, pois, não o fazendo, isentará a empresa de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - TAXA NEGOCIAL PATRONAL

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL DOS EMPREGADORES PARA FAZER FACE AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA ASSINATURA DA PRESENTE CONVENÇÃO COLETIVA QUE TERÁ REFLEXOS PARA TODA A CATEGORIA, E NÃO SOMENTE PARA OS ASSOCIADOS.

Por deliberação da Assembleia Geral o Sindicato Patronal, de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III, da Constituição Federal, fica instituído que toda e qualquer empresa que exercer, no âmbito do estado da Bahia, atividade econômica representada pelo SEAC-BA, **ainda que sediada em outra Unidade da Federação**, pagará, anualmente, em favor do SEAC-BA, enquanto vigente convenção coletiva de trabalho, TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL com vencimento em 30 de abril de cada ano.

Parágrafo Primeiro – A base de cálculo da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL será o capital social vigente no exercício anual e será calculada segundo as alíquotas descritas na tabela a seguir ou a contribuição mínima indicada, o que for maior.

Faixa	Capital Social	Alíquota	Parcela a Adicionar
1	De R\$ 0,01 a R\$ 29.999,99	Contribuição Mínima	R\$ 235,00
2	De R\$ 30.000,00 a R\$ 59.999,99	0,80%	-----
3	De R\$ 60.000,00 a R\$ 599.999,99	0,10%	R\$ 450,00
4	De R\$ 600.000,00 a R\$ 59.999.999,99	0,05%	R\$ 1.000,00
5	De R\$ 60.000.000,00 a R\$ 311.999.999,99	0,01%	R\$ 28.000,00
6	De R\$ 312.000.000,00 em diante	Contribuição Máxima	R\$ 70.000,00

Parágrafo Segundo – O valor correspondente a TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL poderá ser pago em até **três parcelas** com vencimento nos meses de fevereiro, março e abril, sempre no último dia útil de cada mês, desde que a empresa solicite o benefício ao SEAC-BA até o último dia útil do mês de janeiro, mediante requerimento a ser dirigido por correio eletrônico (secretaria@seac-ba.com.br).

Parágrafo Terceiro – É devido o pagamento proporcional ou em complementação da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL quando a empresa **iniciar** as suas atividades econômicas no âmbito do estado da Bahia ou **majorar** o seu capital social após o início do curso anual, segundo os meses restantes para fim do ano, incluído o mês de início da atividade ou da ocorrência da alteração do capital social.

Parágrafo Quarto – É dever das empresas solicitar ao SEAC-BA a emissão do boleto bancário correspondente a TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL por meio de correio eletrônico (secretaria@seac-ba.com.br), devendo, inclusive, instruir a solicitação com o seu ato constitutivo vigente e comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, de modo a possibilitar a verificação do seu capital social, sendo facultado ao SEAC-BA o envio do documento de cobrança, ainda quando não solicitado.

Parágrafo Quinto – O não pagamento da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, ao tempo e modo convencionados, importará no pagamento de multa correspondente a 2% sobre o débito e juros moratórios correspondentes a 1% ao mês.

Parágrafo Sexto – O não pagamento da TAXA NEGOCIAL PATRONAL/CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL prevista no **caput** ensejará a propositura de demanda judicial para satisfação do crédito, sujeitando-se o devedor, ainda, ao pagamento das custas e honorários de advogado assumidos pela entidade sindical, sem prejuízo de outras medidas.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta Convenção Coletiva de Trabalho, e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para participarem em licitações promovidas por Órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar Certidão de Regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo primeiro - Esta Certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo - Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da Taxa Negocial Patronal/Contribuição Assistencial Patronal;
- b) Comprovante de quitação do Plano de Assistência Médica Privada, Plano de Assistência Odontológica Privada e Seguro de Vida nos termos das cláusulas 11ª, 12ª e 13ª desta Convenção Coletiva de Trabalho;
- c) Cumprimento integral desta Convenção Coletiva.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - ACESSO DE DIRIGENTES

Com prévia solicitação formal da Diretoria Executiva, de vinte quatro horas, e mediante concessão da empresa, os dirigentes sindicais poderão ter livre acesso às suas instalações, vedado a promoção de qualquer ato de conotação político-partidária, ressalvada a liberdade de expressão.

DISPOSIÇÕES GERAIS

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

A violação ou descumprimento de qualquer cláusula da presente Convenção Coletiva de Trabalho, inclusive a que trata da taxa de encargos sociais, sujeitará à Empresa infratora às penalidades previstas em Lei, além da multa de 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, por cada empregado não beneficiado, revertida em favor de: 30% (trinta por cento) em favor do Sindicato proponente da ação e 70% (setenta por cento) para as Obras Assistenciais Irmã Dulce, Hospital Aristides Maltez, Casa da Criança com Câncer, Grupo Alerta Pernambués e/ou Projeto Salvador Acessível. A sua aplicação só será permitida através de ajuizamento de Ação de Cumprimento perante a Justiça do Trabalho.

Parágrafo Primeiro - Eleva-se para 60% (sessenta por cento) do piso salarial da categoria a multa citada no caput, para os casos de reincidência.

Parágrafo Segundo - Havendo propositura de ação de cumprimento, para os casos de celebração de acordo na primeira assentada, a multa poderá ser reduzida à metade

RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DURAÇÃO E VIGÊNCIA

O presente acordo coletivo terá duração de dois anos com vigência a partir de 1º de Janeiro de 2019 a 31 de Dezembro de 2020.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - ENCARGOS SOCIAIS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos prestados pelas empresas e concomitante adimplência aos Encargos Sociais e Trabalhistas, ficam obrigadas as empresas assistidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho a praticarem nas suas Planilhas de Formação de Preços, percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de **83,49% (Oitenta e três vírgula quarenta e nove por cento)**, conforme anexo II, parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - EMPRESAS DE OUTRO ESTADO

As empresas com sede em outro Estado que prestam ou que venham prestar suas atividades no Estado da Bahia serão obrigadas a apresentar o Certificado de Regularidade Sindical do Sindicato de origem, devidamente averbada no SEAC-BA.

Parágrafo Primeiro - Será inabilitada a Empresa que não apresentar nos processos licitatórios públicos ou privados, o Certificado de Regularidade Sindical.

Parágrafo Segundo - Será exigido no ato da assinatura do contrato, os documentos comprobatórios do caput da presente cláusula sob pena de nulidade do referido contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMISSÃO INTERSINDICAL DE FISCALIZAÇÃO

O Sindicato Patronal e Laboral constituirão a Comissão Intersindical de Fiscalização, que terá como escopo a fiscalização do cumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho, da legislação trabalhista e demais interesses do empregado.

Parágrafo Único - As Entidades Sindicais, em comum acordo, terão o prazo de 60 (sessenta dias) para elaboração do Regimento Interno desta Comissão.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - APRENDIZAGEM

Destacada a prevalência desta Convenção Coletiva de Trabalho sobre a lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, e diante da incompatibilidade das atividades desenvolvidas pelas funções abarcadas nos serviços de asseio, conservação e afins ao saudável desenvolvimento do aprendiz (art. 403, parágrafo único, da CLT), agravada pela ausência de conhecimentos técnicos exigidos para o exercício das funções em apreço (artigo 429 da CLT), exemplificadas no rol a seguir, fica convencionado que as empresas darão cumprimento às quotas legais de JOVEM APRENDIZ, em atendimento ao disposto no artigo 429 da CLT e no Decreto 5.598/05, tomando como parâmetro o percentual de aprendizagem mínimo de 5% (cinco por cento) a incidir sobre base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários, excluindo-se da base de cálculo as seguintes funções exemplificativas: Agente de Apoio e Serviços, Agente de Higienização, Agente de Limpeza, Agente de Saúde, Ajudante de Cozinha, Ajudante Industrial, Arrumadeira, Assistente de Manutenção, Atendente I, Atendente II, Atendente III, Atendente IV, Auxiliar Administrativo I, Auxiliar de Almoxarife I, Auxiliar de Almoxarife II, Auxiliar de almoxarife III, Auxiliar de Carga e Descarga, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Auxiliar de Disciplina, Auxiliar de Jardinagem, Auxiliar de Laboratório, Auxiliar de Manutenção, Auxiliar de Montagem, Auxiliar de Pedreiro, Auxiliar de Pesquisa, Auxiliar de Produção, Auxiliar de Produção e Eventos, Auxiliar de Rotinas Administrativas, Auxiliar de Serviços Gerais I, Auxiliar de Serviços Gerais II, Auxiliar de Higiene Bucal, Bilheteiro, Carregador, Contínuo, Copeira, Coveiro, Faxineiro Limpeza Industrial, Garagista, Lavador de Veículo, Maqueiro, Operador de Caldeira, Operadores de Máquinas (Costal, Lavadores, Polidoras, etc.), Porteiros, Recepcionistas, Servente, Torrista, Trabalhador Auxiliar de Campo, Tratador de Animais, Tratorista, Varredor, Vigia, Zelador e Supervisores, Encarregados e demais gerentes dessas funções.

Parágrafo Primeiro – Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal, salvo condição mais favorável.

Parágrafo Segundo – Como consequência natural da Aprendizagem, os aprendizes contratados serão empregados nas áreas que demandem conhecimento técnico e compatível, excluídas as atividades listadas no caput.

Parágrafo Terceiro – De forma a contribuir com a satisfação do objetivo da Aprendizagem (a inserção do jovem no mercado de trabalho), as empresas enviarão esforços para contratação de jovens de 14 a 24 anos para as funções que não exigirem capacitação técnica e que não são elegíveis para incidência da cota estabelecida no artigo 429 da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com “severus in iudicando” que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

AURO RICARDO PISANI FERREIRA DA SILVA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE SERVICOS E LIMPEZA AMBIENTAL DO ESTADO DA BAHIA - SEAC/BA

MAURICIO BORGES LEAL ROXO
PRESIDENTE
SIND DOS T DE LIMP U E DE EMP DE A E CONS DO M SALVADOR

ANEXOS

ANEXO I - PISOS NORMATIVOS

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO III - TERMO DE COMPROMISSO ESPECIAL

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO IV - ATA DE ASSEMBLEIA PARTE 001

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO V - ATA DE ASSEMBLEIA PARTE 002

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as empresas **MINUTA COMUNICAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EIRELI - EPP**, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica C.N.P.J sob nº **10.762.976/0001-55**, é uma empresa apenas prestadora de serviços, optante pelo regime tributário LUCRO REAL, conforme atesta a DCTF da empresa.

Por ser verdade, dato e assino a presente.

Curitiba, Paraná, 26 de Agosto de 2020.



JANILSON BITENCOURT MENDES
CRC-PR 050854-8/9
Responsável Técnico

Resultados da Consulta do Estabelecimento

Filtrar Consulta do FAP

***Ano de Vigência:**

2020

Selecione um Estabelecimento:

10.762.976/0001-55

ou complete o CNPJ Raiz 10.762.976/

Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para :

FAP Bloqueado - Data Cálculo: 30/09/2019 - Valor do Fap: 1,0000

Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: MINUTA COMUNICACAO CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EIRELI**CNPJ Completo:** 10.762.976/0001-55**Endereço:** Av Comendador Franco 5325 - Uberaba - Curitiba - Pr**CEP:** 81560-000**Início da Atividade:** 24/03/2009**Data da última atualização na RFB na extração:** 24/03/2009

Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2020**Período-base utilizado para o cálculo:** de 01/01/2017 a 31/12/2018**Data de extração dos dados da arrecadação:**

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à 01/03/2019

Previdência Social - GFIP:

Origem: eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações 04/07/2019

Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas:

Data de extração dos dados de benefícios: 02/05/2019

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 20/05/2019

Ano de Referência: 2017

Fonte: IBGE

Valor do FAP Bloqueado

FAP Bloqueado : **1,0000**Data do Cálculo : **30/09/2019**

Histórico de processamento do FAP

FAP Original: **0,5000**Data do Cálculo: **30/09/2019**FAP Bloqueado: **1,0000**Data de Bloqueio: **30/09/2019****Efeito Suspensivo Administrativo**Abertura: **01/01/2020**

Cessação:

FAP sob Efeito Suspensivo

Dados resultantes do FAP Original

Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
com Óbito: 0

Massa Salarial: 2.951.021,19

Número Médio de Vínculos: 72,8333

Total de Estabelecimentos na subclasse
CNAE: 10.824

Auxílio-doença por acidente de trabalho - B91: 0

Aposentadoria por invalidez por acidente de trabalho -
B92: 0

Pensão por morte por acidente de trabalho - B93: 0

Auxílio-acidente por acidente de trabalho - B94: 0

Valor Total de Benefícios Pagos: 0,00

Total de Estabelecimentos na subclasse CNAE					
Indicadores dos Estabelecimentos FAP Original					
do FAP:					
Índice de Frequência:	0,0000	Número de Ordem de Frequência:	1,0000	Percentil de Ordem de Frequência:	0,0000
Índice de Gravidade:	0,0000	Número de Ordem de Gravidade:	1,0000	Percentil de Ordem de Gravidade:	0,0000
Índice de Custo:	0,0000	Número de Ordem de Custo:	1,0000	Percentil de Ordem de Custo:	0,0000
Taxa Média de Rotatividade:	75,8587%			Índice Composto:	0,0000

FAP a ser informado no SEFIP

* Vide orientação da IN 971 e Ato Declaratório Executivo SRFB em [documentos de apoio](#)

*** Fap sob Efeito Suspensivo:** A contestação/recurso do FAP publicado pela Portaria nº SEPRT nº 1.079, de 25/09/2019., nos termos do § 3º e caput do art.202-B do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048 de 1999, suspende apenas a aplicação deste, e não de todo o crédito tributário, de forma que o montante da contribuição relativa à alíquota básica de que trata o inciso II, art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991 permanece exigível na hipótese de impugnação ao processamento anual do FAP.” (Entendimento definido nos termos da Nota Cosit nº 92/2012, da Coordenação-Geral de Tributação/Secretaria da Receita Federal do Brasil/Ministério da Fazenda, em substituição ao contido na Nota CONJUR/MPS nº 57/2011).

*** Bloqueio da Bonificação do FAP aplicada:** Bloqueio por taxa de rotatividade acima de 75% (Res. CNP 1.329/2017).

COMPROVANTE DE DECLARAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER À PREVIDÊNCIA SOCIAL E A OUTRAS ENTIDADES E FUNDOS POR FPAS
EMPRESA

EMPRESA: MINUTA COMUNIC CULT E DES SOC EIRELI	Nº CONTROLE: FWTCHUZ9PV80000-2	Nº ARQUIVO: LPxSEpXEP6v0000-0
COMP: 06/2020 COD REC: 150 COD GPS: 2100 FPAS: 566 OUTRAS ENT: 0099 SIMPLES: 1 ALIQ RAT: 1,0	FAP: 1,00 RAT AJUSTADO: 1,00	INSCRIÇÃO: 10.762.976/0001-55
TOMADOR/OBRA:	INSCRIÇÃO:	
LOGRADOURO: AVENIDA COMENDADOR FRANCO 5335	BAIRRO: UBERABA	CNAE PREPONDERANTE: 7319003
CIDADE: CURITIBA UF: PR CEP: 81560-000	TELEFONE: 41-32663922	CNAE: 7319003
APURAÇÃO DO VALOR A RECOLHER:	566 620 744 779	TOTAL
SEGURADO		
Empregados/Avulsos	43.376,63 0,00 0,00 0,00	43.376,63
Contribuintes Individuais	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
EMPRESA		
Empregados/Avulsos	90.244,43 0,00 0,00 0,00	90.244,43
Contribuintes Individuais	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
RAT	4.512,19 0,00 0,00 0,00	4.512,19
RAT - Agentes Nocivos	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
Valores Pagos a Cooperativas	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
Adicional Cooperativas	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
Comercialização Produção	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
Evento Desportivo/Patrocinio	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
RECOLHIMENTO COMP ANT - VALOR INSS	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
(-) Retenção Lei 9.711/98	105.244,57 0,00 0,00 0,00	105.244,57
(-) Sal. Família/Sal. Maternidade	1.060,34 0,00 0,00 0,00	1.060,34
(-) Compensação	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - PREVIDÊNCIA SOCIAL	31.828,34 0,00 0,00 0,00	31.828,34
OUTRAS ENTIDADES	20.304,97 0,00 0,00 0,00	20.304,97
RECOLH COMP ANT - VALOR OUT ENTID	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00
VALOR A RECOLHER - OUTRAS ENTIDADES	20.304,97 0,00 0,00 0,00	20.304,97
TOTAL A RECOLHER	52.133,31 0,00 0,00 0,00	52.133,31

(*) Os valores de retenção, salário-família/salário-maternidade e compensação demonstrados são os efetivamente abatidos.

A DECLARAÇÃO DE DADOS CONSTANTES DESTA GFIP E DO ARQUIVO SEFIP CORRESPONDENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, EQUIVALE A CONFISSÃO DE DÍVIDA DOS VALORES DELA DECORRENTES E CONSTITUI(EM) CRÉDITO(S) PASSÍVEL(IS) DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA, NA AUSÊNCIA DO OPORTUNO RECOLHIMENTO OU PARCELAMENTO, E CONSEQUENTE EXECUÇÃO JUDICIAL NOS TERMOS DA LEI Nº 6.830/80.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE, RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE A QUALQUER CONTESTAÇÃO QUANTO AO VALOR E PROCEDÊNCIA DESTA DECLARAÇÃO/DÍVIDA, ASSUME INTEGRAL RESPONSABILIDADE PELA EXATIDÃO DO MONTANTE DECLARADO E CONFESSADO, FICANDO, ENTRETANTO, RESSALVADO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL O DIREITO DE APURAR, A QUALQUER TEMPO, A EXISTÊNCIA DE OUTRAS IMPORTÂNCIAS DEVIDAS NÃO INCLUÍDAS NESTE INSTRUMENTO, AINDA QUE RELATIVAS AO MESMO PERÍODO.

O EMPREGADOR/CONTRIBUINTE RECONHECE QUE A PRESENTE CONFISSÃO DE DÍVIDA NÃO OBRIGA A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL A EXPEDIR DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, SALVO SE SEU CRÉDITO FOR GARANTIDO NA FORMA DOS ARTS. 258 E 259 DO REGULAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, APROVADO PELO DECRETO 3.048, DE 12/05/1999, E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Minuta Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Social EIRELI.
Av. Comendador Franco, 5335 - Uberaba - CEP: 81.560-000 - Curitiba/PR.
CNPJ: 10.762.976/0001-55
Fone/Fax: 41 3266-7392 E-mail: licitacaominuta>tagmail.com.br



AO

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Pregão Eletrônico n.º 045/2020

ANÁLISE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:	
Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.	
Ativo Circulante	3.575.371,16
Passivo Circulante	798.090,13
Total Capital Circulante Líquido	2.777.281,03
Valor da Contratação	6.430.370,71
16,66% da Contratação	1.071.299,76

Comprovação de **patrimônio líquido de 10%** (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

Patrimônio líquido	3.070.032,27
Valor estimado da contratação	6.430.370,71
10% do valor estimado contratação	643.037,07

Declaração, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea “c”. (Fórmula de cálculo Valor do Patrimônio líquido x 12/ valor total dos contratos - Resultado deverá ser superiores a 1)

Patrimônio líquido	3.070.032,27
Valor Total do Contratos Adm Pública / Privada	11.900.839,71
1/12 Avos dos Contratos Adm Pública / Privada	991.736,64
Resultado	3,10

Cálculo demonstrativo do valor da Receita Bruta discriminada na DRE em relação ao valor total constante da declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública.

Fórmula de cálculo:	
$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}} =$	
Valor da Receita Bruta	10.314.059,73
Valor Total dos Contratos	11.900.839,71
Total (%)	- 15,38
Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo) em relação à receita bruta, a licitante deverá apresentar as devidas justificativas.	

JUSTIFICATIVA: O valor apresentado da receita bruta foi realizado no ano calendário de 2019. A divergência se dá por óbvio pois são apresentados valores atualizados e realizados no ano de 2019 e 2020. Assim tais valores ainda não compõem o balanço já que ainda não foi encerrado, nos termos da Lei. Neste sentido, avaliando o valor dos contratos para o presente ano, conseguiremos verificar um aumento significativo de novos contratos e da receita bruta. Dos contratos em execução, o saldo remanescente tem prazo maior que 12 meses, para alguns deste contratos. Justifica-se assim a distorção apresentada, vez para o cálculo não está composto o valor já executado, dos prazos de exeução além dos 12 meses o que comprova a capacidade financeira da empresa, além do Patrimônio Líquido disponível.

BASE: Balanço 2019

Curitiba, 25/08/2020

Marcos Aurelio Basso
Sócio Administrador



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT
DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - DSST
Coordenação do Programa de Alimentação do Trabalhador - COPAT
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT
(Lei nº 6.321/76)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE PESSOA JURÍDICA BENEFICIÁRIA

Inscrição no PAT: 1205668	Data Inscrição: 06/10/2009	CNPJ/CEI: 10762976000155		
Razão Social: MINUTA COMUNICACAO CULT E DESENV SOCIAL EIRELI EPP				
Endereço: AV COMENDADOR FRANCO 5335				
Bairro: UBERABA	UF: PR	Cidade: Curitiba	CEP: 81560-000	
DDD: 41	Telefone: 32663922			
Total de Trabalhadores: 144		Total de Benefícios: 144		
Qt/Dia Refeições Fornecidas				
Almoço 144	Jantar 0	Desjejum 0	Merenda 0	Refeição Noturna 0
Modalidade do Serviço de Alimentação				
Serviço Próprio	0 %	Cestas de Alimentos	0 %	
Refeições Transportadas	0 %	Refeição-Convênio	19,444 %	
Administração de Cozinha	0 %	Alimentação-Convênio	80,555 %	
Número de Trabalhadores Beneficiados por UF				
Empresa Matriz	CNPJ 10762976000155	UF PR	QT. Trabalhadores 144	
Empresas Fornecedoras				
Registro 130385510	Razão Social VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO LTDA	UF PR	Modalidade Refeição-Convênio	
130385510	VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO LTDA	PR	Alimentação-Convênio	
Nutricionista				
Faixa Salarial				
Até 5 SM 144		Acima de 5 SM 0		
Responsável pela Inscrição VANESSA CRISTINE DO ESPIRITO SANTO		E-mail rh@tagmail.com.br		

Minuta Comunicação, Cultura e Desenvolvimento Social EIRELI.
Av. Comendador Franco, 5335 - Uberaba - CEP: 81.560-000 - Curitiba/PR.
CNPJ: 10.762.976/0001-55
Fone/Fax: 41 3266-7392 E-mail: licitacaominuta@tagmail.com.br



Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Pregão Eletrônico n.º 045/2020

FATURAMENTO / RECOLHIMENTO PIS/COFINS

PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
jul/19	1.047.855,11	17.289,61	13.189,49	4.100,12	0,39%
ago/19	738.382,14	12.183,31	9.124,98	3.058,33	0,41%
set/19	1.749.118,07	28.860,45	18.493,91	10.366,54	0,59%
out/19	1.199.445,10	19.790,84	13.660,36	6.130,48	0,51%
nov/19	980.620,15	16.180,23	14.774,94	1.405,29	0,14%
dez/19	1.852.706,39	30.569,66	13.319,57	17.250,09	0,93%
jan/20	117.015,41	1.930,76	1.930,76	-	0,00%
fev/20	914.599,76	15.090,90	9.775,19	5.315,71	0,58%
mar/20	779.684,57	12.864,80	7.445,84	5.418,96	0,70%
abr/20	1.155.716,31	19.069,32	12.540,51	6.528,81	0,56%
mai/20	1.015.996,67	16.763,95	10.215,51	6.548,44	0,64%
jun/20	988.089,11	16.303,47	7.434,58	8.868,89	0,90%

0,53%

COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
jul/19	1.047.855,11	79.636,99	60.751,60	18.885,39	1,80%
ago/19	738.382,14	56.117,04	42.030,23	14.086,81	1,91%
set/19	1.749.118,07	132.932,97	85.184,09	47.748,88	2,73%
out/19	1.199.445,10	91.157,83	62.920,44	28.237,39	2,35%
nov/19	980.620,15	74.527,13	68.054,27	6.472,86	0,66%
dez/19	1.852.706,39	140.805,69	61.350,76	79.454,93	4,29%
jan/20	117.015,41	8.893,18	8.893,18	-	0,00%
fev/20	914.599,76	69.509,58	45.025,15	24.484,43	2,68%
mar/20	779.684,57	59.256,03	34.296,00	24.960,03	3,20%
abr/20	1.155.716,31	87.834,44	57.762,35	30.072,09	2,60%
mai/20	1.015.996,67	77.215,75	47.053,24	30.162,51	2,97%
jun/20	988.089,11	75.094,77	34.244,10	40.850,67	4,13%

2,44%

Curitiba, 25/08/2020

Marcos Aurelio Basso
Sócio Administrador

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL****25082020000000001101235
DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL****D C T F MENSAL - 3.50****CNPJ: 10.762.976/0001-55****Maiο/2020****Dados do Processamento**

Número da Declaração: 100.2020.2020.1840654775
Número do Recibo: 13.77.59.65.66-01
Data de Recepção: 21/07/2020
Data de Processamento: 21/07/2020

Dados Iniciais

Período: 01/05/2020 a 31/05/2020
Declaração Retificadora: Não
Situação: Normal
PJ inativa no mês da declaração: Não
PJ optante pelo Simples Nacional: Não
Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral
Forma de Tributação do Lucro: Real/Trimestral
PJ Levantou Balanço/Balancete de Suspensão no Mês: Não
PJ com Débitos de SCP a serem Declarados: Não
PJ optante pelo CPRB: Não
Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração
Opções referentes à Lei 12.973/2014 para o ano-calendário de 2014: Não preenchido
Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Não se aplica
Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins: Não cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento

Nome Empresarial: MINUTA COMUNIC CULT E DES SOC EIRELI
Logradouro: AVENIDA COMENDADOR FRANCO Número: 5335
Complemento: Bairro/Distrito: UBERABA
Município: CURITIBA UF: PR
CEP: 81560-000 Telefone: FAX:
Caixa Postal: UF: CEP:
Correio Eletrônico:

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

**25082020000000001101235
DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL**

CNPJ: 10.762.976/0001-55

Maio/2020

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: MARCOS AURELIO BASSO

CPF: 027.919.289-44

Telefone:

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: JANILSON BITENCOURT MENDES

CPF: 022.654.839-23

Inscrição no CRC: 05085409

UF: PR

Telefone: (41)3352-0955

Ramal:

Fax: (41)3352-0955

Correio Eletrônico: RH@INOVACONTABILIDADE.COM.BR

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL****25082020000000001101235
DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL****CNPJ: 10.762.976/0001-55****Maior/2020**

Débito Apurado e Créditos Vinculados - R\$

GRUPO DO TRIBUTO : IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO RECEITA : 0561-07

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maior/2020

DÉBITO APURADO 22.520,17

CRÉDITOS VINCULADOS

- PAGAMENTO 22.520,17

- COMPENSAÇÕES 0,00

- PARCELAMENTO 0,00

- SUSPENSÃO 0,00

SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS: 22.520,17

SALDO A PAGAR DO DÉBITO: 0,00

Valor do Débito - R\$

Total: 22.520,17

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações: 22.520,17

Pagamento com DARF - R\$

Total: 22.520,17

Relação de DARF vinculado ao Débito.

PA: 31/05/2020

CPF/CNPJ: 10.762.976/0001-55 Código da Receita: 0561

Data do Vencimento 19/06/2020

Nº da Referência:

Valor do Principal: 22.520,17

Valor da Multa: 0,00

Valor dos Juros: 0,00

Valor Total do DARF: 22.520,17

Valor Pago do Débito: 22.520,17

***** FIM DE IMPRESSÃO *****